

**O MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO,  
EXCELENTÍSSIMO DR. BRUNO DANTAS NASCIMENTO.**

**REPRESENTAÇÃO C/C COM PEDIDO DE CAUTELAR INALDITA ALTERA  
PARS**

Ref.

**Concorrência N° 01/2024/SEMOB/DF (Distrito Federal)**

Processo Administrativo SEI N° 00090-00021800/2023-33

**PMI n° 005/2019 (SEMOB/DF)**

Processo n° 00090-00025066:2019-03.

A Excelentíssima Senhora **PAULA MORENO PARO BELMONTE**, brasileira, casada, graduada, Deputada do Distrito Federal pela federação PSDB Cidadania (PSDB/CIDADANIA), devidamente inscrita no CPF/Identidade n° 578.671.001-72, domiciliada na Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa, Brasília – DF, CEP: 70.094-902, por conduto de seus advogados o **Dr. ANDRÉ MONORI MODENA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/DF 47.921, e a **MONORI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita na OAB/DF sob o n° 2952/16 e no CNPJ sob o n° 26.170.821/0001-60, com endereço profissional sito à SGAS 902, lote “74”, bloco B, salas 123/124, Ed. Athenas, Asa Sul, CEP: 70390-020 701 – Brasília/DF, Fones: (61) 3041-5998/5970, site: [www.monori.com.br](http://www.monori.com.br), e-mail para fins de correspondência: [andre.modena@monori.com.br](mailto:andre.modena@monori.com.br), PRO BONO, vem diante de Vossa Excelência, por força do inc. III do art. 230 da Resolução n° 296, de 15 de setembro de 2016 (Regimento Interno do TCDF) C/C a Lei Federal n° 14.133/2021, apresentar para Vossa apreciação a presente REPRESENTAÇÃO em desfavor do DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n°. 00.394.601/0001-26, na pessoa de seu representante legal, o Procurador-Geral do Distrito Federal, estabelecido no SAM Bloco “I”, Edifício Sede, Setores Complementares, Brasília – DF, e-mail: [procuradoria@pg.df.gov.br](mailto:procuradoria@pg.df.gov.br), CEP: 70.620-090 pelas irregularidades, ilegalidades e inconsistências técnicas contidas na Concorrência N° 01/2024/SEMOB/DF (Distrito Federal), que demonstraremos cirurgicamente a seguir:



## I. DA LEGITIMIDADE AD CAUSAM

1. Cumpre trazer à baila que é cabível no presente caso a presente **representação**, em virtude que a impetrante, sua Excelência Sra. **Paula Moreno Paro Belmonte**, já qualificada, é Deputada do Distrito Federal, tendo o dever regimental de comunicar ao Tribunal de Contas da União (TCU) ocorrências de irregularidades de que tenha conhecimento em virtude do cargo que ocupa, como determina o inc. III do art. 237 do Regimento Interno do TCU;

2. É competência desta egrégia Corte de Contas nos termos do inc. VII e XIV do art. 1º do seu Regimento, processar e julgar as infrações administrativas contra as finanças públicas e a responsabilidade fiscal tipificadas na legislação vigente com vistas à aplicação de penalidades, bem como acompanhar a arrecadação da receita a cargo da União, das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e das demais instituições sob sua jurisdição, mediante fiscalizações, ou por meio de demonstrativos próprios do TCU;

3. Incumbe a egrégia corte decidir sobre representações e denúncias, relativas a licitações e contratos administrativos e ao descumprimento da obrigatoriedade de que as câmaras municipais, os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais sejam notificados da liberação de recursos federais para os respectivos municípios, nos termos da legislação vigente, nos termos dos incisos XXIV e XXVI do art. 1º do Regimento Interno do TCU;

4. Além disso, é preciso expor que a Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, é a norma geral de licitações e contratos utilizada para fins de sustentação do processo licitatório em tela, carecendo que o Governo do Distrito Federal venha a seguir as determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) na adoção da doutrina em material de norma geral, conforme determina neste sentido a Súmula TCU nº 222;

5. Nestes termos, a presente petição possui todos os requisitos de admissibilidade previstos no Regimento Interno do TCU e por analogia, o art. 319 da Lei Federal nº 13.105, 16 de março de 2015 (CPC), cabe a egrégia corte de contas a apreciação da presente Representação.

## II. DA SINOPSE

6. O Governo do Distrito Federal – GDF publicou o Processo de Licitação sob a modalidade Concorrência nº 01/2024/SEMOB/DF, tendo como objeto, em sintase a realização de Parceria Público Privado – PPP para administração e gestão Complexo Rodoviário do Plano Piloto do Distrito Federal, na qual



encontra-se na fase de análise da habilitação, tendo como provável ganhador o consórcio

7. A Concorrência nº 01/2024/SEMOB/DF está alicerçada em projeto de custos realizado pela concessão de empresa PMISTA, ganhadora do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 005/2019, processo SEI nº 00090-00025066:2019-03;

8. O projeto dispõe objetivamente de inconsistências nos memoriais de cálculos, imprecisão no objeto, elementos rasos de projeção de custo operacional de mão de obra. Além do mais, apresenta fortes indícios de fraudes e superestimação de despesas, suscitando um provável prejuízo à União Federal no montante de **R\$ 112.482.982,42** (Cento e doze milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos).

### III. DOS FATOS

9. Em 23 de setembro de 2019 o Governo do Distrito Federal publicou o Processo de Manifestação de Interesse – PMI nº 005/2019, processo SEI nº 00090-00025066:2019-03, tendo como objeto: *‘apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos para a concessão da gestão do Complexo da Rodoviária do Plano Piloto do Distrito Federal, considerando o Terminal e a eventual utilização de áreas correlacionadas, incluindo sua recuperação, modernização, operação, manutenção, conservação e exploração’*.

10. O Processo de Manifestação de Interesse – PMI, teve como ganhadora o consórcio **PMISTA**, formado pelas empresas: Central Engenharia e Construtora LTDA /Concrepoxi, Engenharia LTDA, Construtora Artec S.A., Meta Serviços e Projetos e Reluz Engenharia LTDA ME, conforme publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, edição nº 100, quinta-feira, 28 de maio de 2020 (anexo 2);

11. O “*Estudo de Engenharia*” apresentado pelo consórcio **PMISTA** foi utilizado para substituir o Estudo Técnico Preliminar – ETP no Processo administrativo SEI nº 00090-00021800/2023-33, que deu origem a licitação na modalidade de Concorrência nº 01/2024/SEMOB/DF.

12. As matérias pontuais das irregularidades sobre o projeto já foram Representadas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, por meio do protocolo **59D0CD44-e**<sup>1</sup>. Neste instrumento, venho apresentar ao conhecimento do Tribunal de Contas da União (TCU) as irregularidades que é de competência desta Corte a apreciação, em especial os graves erros do “projeto de engenharia” do consórcio PMISTA que implica na redução e renúncia de receitas da União, com a sonegação dos impostos federais: PIS, COFINS, IRPJ e demais contribuições sociais, conforme demonstrarei a seguir.

<sup>1</sup> <https://etcdf.tc.df.gov.br/?a=consultaETCDF&f=modalDocumentoPublico&iddocumento=3573688>



#### IV. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

##### IV.a – Da ausência de competência técnica do consórcio PMISTA

13. O Processo de Manifestação de Interesse – PMI, teve como ganhador o “projeto” do consórcio **PMISTA**, formado pelas empresas: Central Engenharia e Construtora LTDA /Concrepoxi, Engenharia LTDA, Construtora Artec S.A., Meta Serviços e Projetos e Reluz Engenharia LTDA ME, conforme publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, edição nº 100, quinta-feira, 28 de maio de 2020 (anexo 2);

14. De início é fácil identificar que ele não foi elaborado pelos profissionais adequados, nos termos dos incisos XVI e XVIII do art. 3º da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.640, de 18 de novembro de 2021, que atribui **privativamente aos profissionais da contabilidade** o controle, avaliação e estudo da gestão contábil, capacidade econômico-financeira e patrimonial de quaisquer entidades bem como a elaboração e controle de orçamentos de qualquer tipo, tais como econômicos, financeiros, patrimoniais e de investimentos, com o respectivo acompanhamento de sua execução em quaisquer entidades;

15. O consórcio PMISTA foi composto pelas empresas: Central Engenharia e Construtora LTDA, Concrepoxi, Engenharia LTDA, Construtora Artec S.A., Meta Serviços e Projetos e Reluz Engenharia LTDA ME, **todas empresas de engenharia civil**, não respeitando os critérios da Resolução CFC nº 1.640, de 18 de novembro de 2021, em exercício em atribuição privativa dos contadores. Tal fato é notável nos crassos e esdrúxulos erros de projeção financeira – uma clara demonstração da ausência de conhecimento elementar de contabilidade financeira.

16. O consórcio PMISTA apresentou o seu “projeto de gestão” com os seguintes valores de investimentos (anexo 3.j, fl. 12):

| Nº | Projeto  | Valor                 |
|----|--|-----------------------|
| 1  | Ambiental                                      | 395.710,00            |
| 2  | Equipamentos e Sistemas                        | 7.741.941,00          |
| 3  | Investimento em Estacionamento                 | 7.079.202,00          |
| 4  | Obras Civas                                    | 46.291.013,00         |
| 5  | Recuperação estrutural da edificação existente | 54.952.899,63         |
| 6  | Reinvestimento em Equipamentos e Sistemas      | 3.325.377,00          |
|    | Total do investimento                          | <b>119.786.142,63</b> |



17. A projeção de receita anual bruta foi de aproximadamente **R\$ 35 milhões**, desmembrado em:

- a. R\$ 12,7 milhões em estacionamento;
- b. R\$ 3,8 milhões em mídia e publicidade;
- c. R\$ 12 milhões tarifa de acostagem;
- d. R\$ 6,8 milhões em aluguel de lojas;

18. O valor do “retorno econômico” a título de Outorga Anual para o Governo do Distrito Federal - GDF foi mensurado no percentual mínimo de 3,91% (Três inteiro e nonagésimo primeiro por cento) sobre da Receita Bruta, totalizando em uma estimativa anual precoce de R\$ 1.507.000,00 (Um milhão, quinhentos e sete milhões de reais);

19. Foi “calculado” o valor anual de OPEX (*Operational Expenditure*) no montante de R\$ 17.845.183,66 (Dezessete milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, cento e oitenta e três reais e sessenta e seis centavos) (anexo 3.1, fl. 04), e desde montante destaca-se o **montante anual de R\$ 11.064.144,32** (Onze milhões, sessenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos) com **despesa de pessoal terceirizado**, sendo os cálculos fundamentados na Instrução Normativa nº 005, de 26 de maio de 2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

20. Antes de adentrar propriamente nos cálculos, é preciso trazer a baila que data da conclusão do “Projeto” pelo consórcio PMISTA, ou seja, 22 de dezembro de 2023, os elementos que sustentava a Instrução Normativa nº 005, de 26 de maio de 2017 com exceção do **Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994**, já se encontrava revogados, inclusive o Ministério já era inexistente, prejudicando integralmente a validade da citada instrução normativo, conforme resumo:

**O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e o **Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994**, considerando o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997.

21. O anexo **3.1 – A\_7 – Custos Operacionais**, do projeto do consórcio PMISTA foi elaborado visando demonstrar o custo de mão de obra pelo período de 20 anos na execução dos serviços do complexo Rodoviário do Plano Piloto;





22. O montante de pessoal foi mensurado em **R\$ 221.282.886,40** (Duzentos e vinte e um milhões, duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), correspondente ao valor anual de **R\$ 11.064.144,32** (Onze milhões, sessenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos). Neste requisito, demonstra-se a complexidade da ausência de conhecimento de projeção financeira, quando o valor da folha de pagamento de terceirização de mão de obra foi calculado em 2020, e republicado o mesmo valor por 20 anos sem considerar os reajustes a cada ano de salários, da inflação, da carga tributária, o VPL, TIR, Payback e TDMA do investimento, causando uma distorção absurda de um amadorismo estarrecedor.

23. A distorção é tão elevada, que o custo foi repetido para 20 anos, sem considerar os elementos possível de mensuração no período, como a inflação, e ainda, não houve a preocupação em sequer estimar o lapso temporal da entrega do projeto, da realização do processo licitatório e do início da contagem do prazo de 20 de anos de concessão, sendo a classificação anual ano 01, ano 02, ano 03, ano 04 .... ano 20. Desse modo, ao técnicos no PMISTA que visivelmente não são contadores, os valores anuais são imutáveis, e por tal razão provavelmente a Secretária de Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB, que parece não ter submetido aos seus contadores o citado projeto, optou em realizar a licitação, Concorrência nº 01/2024/SEMOB/DF com um “projeto” defeituoso e com quase 4 (quatro) anos de atraso, sem realizar qualquer ajuste ou análise de viabilidade de seu utilização.

24. É neste contexto que a União Federal sofrerá a maior instabilidade na arrecadação, com imprecisão dos valores a serem repassados pelo futuro consórcio, na qual encontra-se supostamente habilitado na Concorrência nº 01/2024/SEMOB/DF, o consórcio **RODOPLAN**, formado pelas empresas: **CONATA** Engenharia Ltda; **INFRACON** Engenharia e Comércio Ltda; **RGM** Construções e Empreendimentos Ltda; **PETRUSKA** Participações Ltda e **KTM** – Administração e Engenharia Ltda. Afirmamos ser supostamente, pois encontra-se em curso Representação em seu desfavor, ofertado por este gabinete junto ao Tribunal de Contas dos Distrito Federal (TCDF) com 15 (quinze) graves vícios materiais insanáveis contidos tanto no projeto da PMISTA quanto no processo da Concorrência nº 01/2024/SEMOB/DF;

25. Pois bem, por tratar-se de terceirização de mão de obra foram adotados os seguintes critérios técnicos para fins de mensurar com o mínimo de distorções a arrecadação tributária, e demonstrar a fragilidade do projeto da PMISTA:

- a. Adoção dos critério de auditoria do Manual de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União (MAO-TCU), edição 2020;
- b. Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna governamental do Poder Executivo Federal, edição 2017, em matéria que o MOA-TCU for inerte;
- c. CTG 2002 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, publicado no DOU em 05 de dezembro de 2018;



- d. Instrução Normativa nº 005, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- e. Decreto GDF nº 44.330, de 16 de março de 2023;
- f. Política **Monetária** e Metas para inflação definidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, disponível no sítio **bcbr.gov.br**;
- g. Convenções coletivas realizadas pelo *Sindicato das empresas de asseio, conservação, trabalhos temporário e serviços terceirizáveis do Distrito Federal*, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, registradas no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE nos anos de 2015 até 2024;
- h. Doutrina e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal de Contas da União (TCU), e no que não contrariar os órgãos anteriores, a jurisprudência do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF);

26.

27. Inicialmente foi obtido junto ao Banco Central do Brasil – BACEN os indicadores da inflação dos últimos 20 anos, ou seja, de 2004 até 2023<sup>2</sup>, sendo desconsidera a inflação do ano de 2024 que se encontra estimada em 4,10%<sup>3</sup>. Todavia, em 18 de dezembro de 2023, quando foi realizado a Assembleia Geral da Aprovação da Convenção, a expectativa da inflação para 2024, de acordo com Resolução CMN nº 4.918, de 24 de junho de 2021, a **meta para o ano de 2024 havia sido estimada em 4,50%**.

28. Neste quesito, usaremos o método de análise de conteúdo, estabelecido no MOA-TCU, página 112, § 395: *‘Técnica qualitativa de análise sistemática de informação textual, organizada de forma padronizada, que permite realizar inferência sobre seu conteúdo’*.

29. A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua, assim, o CMN não precisa mais definir uma meta de inflação a cada ano. Em junho deste ano, o colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, assim **a inflação máxima será 4,50%**, conforme já definido na Resolução CMN nº 5.141, de 26 de junho de 2024.

30. Foi analisado os critérios de reajuste de salários das principais categorias adequadas para serem contratados no Complexo Rodoviário do Plano Piloto do DF, tendo como base as convenções do *Sindicato das empresas de asseio, conservação, trabalhos temporário e serviços terceirizáveis do Distrito Federal*, CNPJ n. 00.438.770/0001-10 (Anexos 4.a até 4.l), e foi identificado o padrão de reajuste com base na perspectiva da inflação do ano subsequente, conforme demonstrativo a seguir:

| Ano Calendário | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|----------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|----------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|

<sup>2</sup> <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>

<sup>3</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-07/mercado-aumenta-previsao-da-inflacao-de-405-para-410-em-2024>



|                            |         |       |       |        |        |         |         |       |       |
|----------------------------|---------|-------|-------|--------|--------|---------|---------|-------|-------|
| (a) Convenção Coletiva     | 10,50 % | 6,57% | 3,10% | 3,70%  | 3,20%  | 4,10%   | 10,00 % | 5,79% | 7,50% |
| (b) Inflação - BACEN       | 6,29%   | 2,95% | 3,75% | 4,31%  | 4,52%  | 10,06 % | 5,79%   | 4,62% | 4,50% |
| Diferença (a - b anterior) | -0,17%  | 0,28% | 0,15% | -0,05% | -1,11% | -0,42%  | -0,06%  | 0,00% | 2,88% |

31. O Sobrepreço (S) representa quanto o preço estimado ou contratado está acima do valor referencial de mercado (M). Se houver pagamento, a diferença é chamada de Superfaturamento (**Acórdão TCU 310/2006-Plenário**). Nesse sentido, o Sobrepreço (S) é determinado pela diferença entre o “preço estimado” (E) ou “preço contratado” (C) e o “preço referencial de mercado” (M). Assim,  $S = (E \text{ ou } C) - M$ . E para calcular o Sobrepreço Percentual  $S(\%)$  adota-se  $S(\%) = S / M$ , **conforme Acórdão TCU 157/2009-Plenário**. Nestes termos foi encontrado divergência entre os salários praticados no mercado local (Distrito Federal) e os apresentados pelo consórcio PMISTA **superestimado em 14,99% (quatorze inteiro e nonagésimo nono por cento)**, conforme demonstrado em planilha complementar (Anexo 5 - Comparação salarial medido pela inflação do período e deflação.);

32. Também é possível identificar que a IN 005/2011 não se aplica ao Distrito Federal, e ainda, as planilha confeccionadas pelo consórcio PMISTA e acatado pelo Governo do Distrito Federal não atende a Portaria nº 444/2018 do Tribunal de Contas da União (TCU) já em vigência no tempo da elaboração do projeto pelo PMISTA.

33. Neste ponto é possível identificar com clareza a ausência de qualquer elemento plausível que sustente os indicadores apresentados no suposto “estudo” elaborado pelo consórcio PMISTA, por não dispor de qualquer elemento técnico que possa auferir segurança nos indicadores apontados;

34. Em nossa análise, que possui confiança e asseguuração, como determina o MOA-TCU página 30, § 68, os reajustes deverão ocorrer dentro da meta fixa da inflação de 4,50%, sendo o indicador possível de previsão no momento, até que o Banco Central do Brasil venha a alterar sua política de previsão da meta da inflação;

35. Nesta conjuntura, foi recalculado ponderadamente os salários, impostos e demais encargos pelo período de 20 anos, compreendendo de 2025 até 2045, e em seguida passamos a comparar a análise com o modelo de mensuração apresentado pelo consórcio PMISTA, conforme determina a MOA-TCU página 31, § 71, e obtemos os seguinte asseguaração:

- a. Até 2045 será efetuado a títulos de custo de mão de obra terceirizada o montante de R\$ 352.826.350,10 (Trezentos e cinquenta e dois





milhões, oitocentos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta reais e dez centavos), conforme **Anexo 6 - Projeção e mensuração de arrecadação de impostos federais em 20 anos.**, coluna L, linha 52, e não R\$ 243.411.111,80 (Duzentos e quarenta e três milhões, quatrocentos e onze mil, cento e onze reais e oitenta centavos) mensurado pela PMISTA (coluna L, linha 54), produzindo uma **distorção de R\$ 109.415.238,30** (Cento e nove milhões, quatrocentos e quinze mil, duzentos e trinta e oito reais e trinta centavos).

- b. Não foi demonstrado no projeto da PMISTA o lucro a ser obtido na terceirização de mão de obra, os impostos federais e do distrito federal, sendo o montante final dos salários no montante de R\$ 11.064.141,45<sup>4</sup> (Onze milhões, sessenta e quatro mil, cento e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos) a base para fins de todas as presunções, o que é inconcebível uma empresa de terceirização prestar serviços sem pagar impostos e obter lucros;
- c. Foi realizado a projeção de lucro em 32,00% considerando o limite de serviços em geral para fins de cálculo de imposto de Renda em empresas do Lucro Presumido, e obtemos o montante de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL em R\$ 27.578.478,97 (Vinte e sete milhões, quinhentos e setenta e oito mil, quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e sete centavos) no lapso temporal de 20 anos, porém os valores não foram calculados, não sendo possível a sua liquidação;
- d. Com os mesmos indicadores apontados o item anterior, obtemos o montante de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL em **R\$ 142.255.526,37** (Cento e quarenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis reais e trinta e sete centavos) no lapso temporal de 20 anos, concluindo a diferença entre a necessária e não prevista arrecadação do consórcio PMISTA e a nossa projeção, o futuro concessionário se mantiver a proposta conforme o projeto da PMISTA arcará com um prejuízo aos cofres públicos da União Federal com sonegação tributária de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL no montante de R\$ **R\$ 114.677.047,41** (Cento e quatorze milhões, seiscentos e setenta e sete mil, quarenta e sete reais e quarenta e um centavos);
- e. Ainda haverá um prejuízo em impostos sobre serviços (ISS) devido ao Distrito Federal no montante de **R\$ 50.607.699,65** (Cinquenta milhões, seiscentos e sete mil, seiscentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos) no lapso temporal de 20 anos.

36. É preciso destacar que para a manutenção da Saúde financeira de qualquer empresa ou consórcio que venha a assumir a gestão do complexo Rodoviário do Plano Piloto, a empresa necessitará realizar em alguns meses após a assinatura do contrato, um reequilíbrio financeiro. Entretanto inexistente na doutrina possibilidade de tal feito, uma vez que o Estudo Técnico Preliminar bem elaborado visa afastar dos contratos públicos tamanha distorção.

<sup>4</sup> Valor recalculado em virtude de divergência no arquivo \*.pdf disponibilizado pelo consórcio PMISTA.



37. Também é notável nos autos que se encontra ausente a matriz de riscos a fim de promover o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, como determina o inc. XXVII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

38. Não é muito dizer que com maior gravidade o projeto não considerou diversos elementos necessários para um investimento com largo espaço de 20 anos, como a elaboração precisa do VPL, Payback, TIR, TMA entre outros indicadores financeiros tão necessários para mensuração de lucros e prejuízos, bem como apontar a economia de escala do projeto, conforme determina o VII do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021;

## V. DA LIMINAR INALDITA ALTERA PARS

39. Destaca-se que o presente Certame inquestionavelmente não dispõe de Estudo Técnico Preliminar (ETP) com elementos econômicos e financeiros, que demonstre o Payback e o VPL dos investimentos, bem como a projeção real futura. Ademais, há fortes indícios de direcionamento de licitação com a ausência de estudo detalhado, a ausência de publicidade, o descumprimento da lei geral de licitação, entre outras graves ilegalidades que invalidam o presente Certame.

40. O não cumprimento dentro dos prazos legais, ou seja, *fumus boni iuris*, produzirá inquestionável prejuízo ao erário, *periculum in mora*, uma vez que a manutenção do Projeto ofertado pelo consórcio PMISTA como base para sustentar a Concorrência 01/2024/SEMOB/DF, permitirá a manutenção de plausíveis e possíveis indícios crimes de direcionamento e de fraude em licitação, cirurgicamente demonstrado no corpo desta petição.

41. O art. 169 da Lei 14.133/2021 atribui à alta administração dos órgãos e entidades da Administração Pública a responsabilidade pela governança das contratações. Essa Lei estabelece a implementação de processos e estruturas necessários para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos. Isso inclui aspectos relacionados a riscos e controles internos, com ênfase nos de caráter preventivo

42. Conforme previsto na Lei, os processos e estruturas de governança devem ser implementados com vistas ao alcance dos seguintes objetivos:

- a. assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajosa para a administração pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- b. Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem com a justa competição;
- c. evitar contratações com sobrepreço com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;



- d. incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável;
- e. assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias;
- f. promover um ambiente íntegro e confiável; e
- g. promover eficiência, efetividade e eficácia nas contratações.

43. Assim, a instância interna de governança (conselho ou alta administração), com base na avaliação dos ambientes interno e externo, bem como nos resultados atuais e almejados, deve direcionar a função de contratações para o alcance desses objetivos, monitorando o desempenho dessa função organizacional.

44. Em contrapartida, a função de contratações deve utilizar as diretrizes estabelecidas pela governança como base para o planejamento de suas ações. Ela deve executar o que foi planejado e controlar os resultados. Se forem detectados problemas ou sinais de possíveis problemas, a função de contratações deve informar à instância interna de governança para que medidas sejam tomadas para resolvê-los ou preveni-los.

45. Assim determina o Enunciado nº 54 do Conselho da Justiça Federal – CJF:

As práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, às quais devem se submeter às contratações públicas, conforme disposto no art. 169, caput, da Lei n. 14.133/2021, não devem se restringir à existência de uma unidade orgânica de controle interno, mas devem ser implementadas em todo o macroprocesso de contratação.

46. Finalmente, para promover a detecção de impropriedades e de irregularidades, a Lei 14.133/2021 estabeleceu a subordinação das contratações públicas ao controle social e às três linhas de defesa previstas no art. 169 da citada norma.

47. O risco da ausência do Controle Social é consiste na inclusão no edital e no contrato vedações desnecessárias ou discriminatórias à participação de interessados, levando à restrição indevida ou à frustração do caráter competitivo do certame, com consequente questionamentos por parte dos órgãos de controle ou de entes engajados no controle social e paralisação do processo licitatório, fatos inquestionavelmente presente na Concorrência nº 001/2024 SEMOB/DF.

48. Conforme exaustivos rol de inconsistência, a manutenção da Concorrência nº 001/2024 SEMOB/DF produzirá incalculáveis prejuízos ao erário, pela ausência de Estudos Técnicos Preliminares apropriados, razão que produz o desconhecimento total dos fatos e dos riscos posto em desfavor da administração pública, e pela ausência de elementos contábeis apropriados, produzindo imensuráveis prejuízos ao erários, assumindo somente a União Federal um



prejuízo na arrecadação do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL no montante de **R\$ 114.677.047,41** (Cento e quatorze milhões, seiscentos e setenta e sete mil, quarenta e sete reais e quarenta e um centavos);

49. Portanto, a concessão de medida cautelar, determinando a Suspensão da Concorrência nº 001/2024 SEMOB/DF e a nulidade do projeto ofertado pelo consórcio PMISTA em decorrência do PMI 005/2019 ou qualquer ato ou contrato decorrente da concorrência pública, é medida necessária para retornar os autos a prática da legalidade, da moralidade e o amparo da publicidade e eficácia que foi gravemente ferido no presente Certame, e ainda possa esta egrégia Corte apreciar com maior rigor os riscos da presente contratação nos termos estabelecidos no art. 169 da Lei Federal nº 14.133/2021, dentro do que lhe for competente, assegurando o cumprimento da Súmula TCU nº 222.

## VI. DOS PEDIDOS

50. Diante do exposto, requer se digne de Vossa Excelência em:

- a. conceder, liminarmente **INALDITA ALTERA PARS**, a segurança pleiteada, com a expedição do competente ofício, determinando que a autoridade coatora suspenda o ato lesivo, ou seja, Suspensão imediata da Concorrência nº 001/2024 SEMOB/DF, de modo que cumpra as determinações legais da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal – STF, e determine a nulidade integral da presente Concorrência e o Estudo realizado pelo consórcio PMISTA, ganhadora do Chamamento para Procedimento de Manifestação de Interesse nº 05/2019;
- b.
- c. acate as provas que demonstram o direito líquido e certo do impetrante que acompanham a presente petição inicial, conformando a prova pré-constituída como exigência para fins de Representação e Medida Cautelar;
- d. determine a notificação da autoridade coatora para prestar informações no prazo legal nos termos do Regimento desta Egrégia Corte;
- e. intime pessoalmente o representante legal da pessoa jurídica à qual está vinculada a autoridade requerida, para prestar esclarecimentos sobre todos os graves vícios aqui apontados;
- f. determine a oitiva do Ministério Público de Contas para oferecer parecer;



- g. Fixe multa para o caso de descumprimento da medida liminar e da segurança concedida, nos termos do art. 77, IV, §§ 1º e 2º, CPC/15;
- h. determine a nulidade do projeto decorrente do Edital de Chamamento para Procedimento de Manifestação de Interesse nº 05/2019, elaborado pelo Consórcio PMISTA, formado pelas empresas de engenharia Civil: Central Engenharia e Construtora LTDA, Concrepoxi Engenharia LTDA/ Construtora Artec S.A., Meta Serviços e Projetos, Reluz Engenharia LTDA ME, na qual não atende os critérios técnicos exigidos pela Lei Federal nº 14.133/2021;
- i. pleiteia a concessão definitiva da segurança com a ratificação da liminar deferida assegurando-se o da nulidade integral da CONCORRÊNCIA Nº 01/2024/SEMOB/DF e do PMI 05/2019, determinando que o Distrito Federal refaça o Estudo Técnico Preliminar, de acordo com as atuais necessidades do Complexo Rodoviário do Plano Piloto do Distrito Federal e atendendo os critérios da Lei Federal nº 14.133/2021, e ainda que o estudo Técnico Preliminar - ETP seja realizado por empresa adequada nos termos dos incisos. V, IX, XII, XVI, XVIII do art. 3º e inc. XXII do art. 5º Resolução CFC nº 1.640, de 18 de novembro de 2021;
- j. ao final, pleiteia pela procedência dos pedidos, com a ratificação da liminar deferida, para nos termos da fundamentação supra declare a nulidade integral da CONCORRÊNCIA Nº 01/2024/SEMOB/DF e do PMI 05/2019, determinando que o Distrito Federal o refaça de acordo com os critérios da Lei Federal nº 14.133/2021, visto que, há vícios insanáveis a existência de gastos de pessoal anual repetidos por 20 anos sem considerar os reajustes de salários, da inflação, e ainda aumentando os valores de impostos a serem recolhidos em favor da União Federal e do Distrito Federal.

Termos em pede e espera deferimento.

Brasília/DF, na data da assinatura digital.





**ANDRÉ MONORI MODENA**

Advogado, OAB/DF 4792.

**PAULA MORENO PARO BELMONTE**

Deputada Distrital

**Anexos:**

1. (anexo 1): Procuração e Diploma do TRE da Deputada Distrital, Paula Moreno Paro Belmonte;
2. (anexo 2): Diário Oficial do Distrito Federal, edição nº 100, quinta-feira, 28 de maio de 2020;
3. (anexo 3.a até 3.u): Projeto de Gestão elaborado pelo consórcio PMISTA;
4. (anexo 4.a até 4.l): Convenções de Trabalho registrada no TEM;
5. (anexo 5): Comparação salarial medido pela inflação do período e deflação;
6. (anexo 6): Anexo 6 - Projeção e mensuração de arrecadação de impostos federais em 20 anos.

